

“Em todos os rincões do país um posto”: política e assistência à saúde na trajetória do médico sanitarista

Mário Pinotti

“In every corner of the country there is a post”: politics and health care in the trajectory of public health doctor Mário Pinotti

Bruno Sanches Mariante da Silva¹

Resumo: O artigo examina a trajetória do médico sanitarista Mário Pinotti, destacando seu papel na formulação de políticas de saúde pública no Brasil nas décadas de 1930, 1940 e 1950, especialmente como Ministro da Saúde e Presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA). A análise se baseia em fontes como o periódico “Boletim da LBA” e as atas do Conselho Deliberativo da instituição, evidenciando a conexão de Pinotti com a agenda política do governo de Juscelino Kubitschek. O projeto de construir postos de puericultura por todo o território brasileiro marca a influência e a derrocada de Pinotti, como buscamos analisar. Partimos do entendimento da importância da investigação das trajetórias pessoais, compreendendo os personagens e seus contextos, oportunizando reflexões sobre os processos mais amplos nos quais estavam inseridos.

Palavras-chave: Legião Brasileira de Assistência; assistência social; Mario Pinotti, trajetórias pessoais.

Abstract: The article examines the trajectory of public health physician Mário Pinotti, highlighting his role in creating public health policies in Brazil during the 1930s, 1940s and 1950s, particularly as Minister of Health and President of the Legião Brasileira de Assistência (LBA). The analysis is based on historical sources such as the journal “Boletim da LBA” and the minutes of the institution’s Deliberative Council, showing Pinotti’s alignment with the political agenda of Juscelino Kubitschek’s government. The project to establish childcare centers across Brazil’s territory marks both Pinotti’s influence and his downfall, as we aim to analyze. We recognize the importance of investigating personal trajectories, and then understanding key figures and their contexts, and fostering reflections on the broader processes in which they were involved.

1 Formado em História pela Universidade Estadual de Londrina, é mestre e doutor em História pela Universidade Estadual Paulista, UNESP/Assis. Realizou Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é Professor adjunto da Universidade de Pernambuco, Campus Petrolina. É líder do NUNTEMPA: Núcleo de Estudos e Pesquisas em História das relações de gênero e do tempo presente (CNPq). E-mail: bruno.sanches@upe.br. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-9170-6791>.



Keywords: Legião Brasileira de Assistência; social assistance; Mario Pinotti; personal trajectories.

O médico sanitarista Mário Pinotti (1894-1972) teve trajetória, em partes, semelhante à de outros médicos da primeira metade do século XX, transitando entre as diferentes esferas sociais, criando instituições, promovendo transformações na sociedade, atuando politicamente; tudo, em geral, com grande prestígio. A exemplo de nomes como Arthur Moncorvo Filho, Antonio Fernandes Filgueira, Joaquim Martagão Gesteira, médicos que atuaram social e politicamente na construção de instituições e políticas públicas desde o final do XIX e início do XX (SANGLARD, et.all., 2015). Pinotti, contudo, aproximou-se mais efetivamente da vida política do país.

Nascido no interior do estado de São Paulo, Mário Pinotti formou-se em 1914 pela Escola de Farmácia de Ouro Preto, Minas Gerais, e, em 1918, pela Faculdade Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro. Logo recém formado, foi admitido como inspetor sanitário rural junto ao Departamento Nacional de Saúde Pública, em seguida foi nomeado o primeiro prefeito do município de Nova Iguaçu (1919). Ao longo dos anos 1920, especializou-se, na Itália, no combate à febre amarela e à malária. Em 1932, assumiu o cargo de diretor do Departamento de Febre Amarela da Fundação Rockefeller no Rio de Janeiro. Já no Governo Vargas, e durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, atuou no Serviço Nacional de Febre Amarela e, em 1937, passou a inspetor dos Serviços Especiais do Departamento Nacional de Saúde, que reuniam os serviços da febre amarela e malária. Em 1942, assumiu a direção do Departamento Nacional da Malária, permaneceu até 1954, acumulando, a partir de 1945, o posto de diretor do Departamento Nacional de Saúde. Foi ministro da Saúde nos governos de Getúlio Vargas (em 1954) e de Juscelino Kubitschek (no pe-



ríodo de 1958 a 1960), no qual também foi diretor do Departamento Nacional de Endemias Rurais (1956) e presidente da LBA (1957-1960) (CPDOC, 2001; SILVA, 2008).

Sanitarista, Mário Pinotti notabilizou-se no meio médico-científico atuando no combate às doenças endêmicas e, para tal, com o desenvolvimento do chamado “Método Pinotti”, para profilaxia e combate à malária. Por essa contribuição, seu nome foi indicado pela Câmara dos Deputados ao Prêmio Nobel de Medicina. O método consistia na utilização de um antimalárico adicionado a um alimento de consumo diário. Assim, surgiu o sal cloroquinado, isto é, o sal de cozinha misturado à cloroquina, poderoso medicamento antimalárico descoberto na década de 1930 por cientistas alemães (MELLO, 2007).

O presente texto, contudo, não pretende ocupar-se largamente da reflexão sobre o uso do sal cloroquinado, uma vez que o método Pinotti já foi amplamente estudado pela historiografia das ciências e da saúde no Brasil (MELLO, 2007; SILVA, 2008.). Almeja-se, portanto, apresentar uma análise da trajetória profissional e política de Mario Pinotti, que foram entrelaçando-se com uma atuação também efetiva na promoção da assistência social, especialmente, à saúde, por meio da Legião Brasileira de Assistência. Para tal, utilizamos como fontes centrais da análise a obra *“Vida e morte do brasileiro”*, de sua autoria e publicada em 1959, quando, além de presidente da LBA, Pinotti era também Ministro da Saúde no Governo de Juscelino Kubistchek, assim como as edições do *Boletim da LBA* no período da presidência de Pinotti (1957-1960).

Boletim da LBA é uma fonte periódica muito rica e que requer atenção. Publicado pela LBA desde 1945, o periódico, de início, tinha como objetivo ser um espaço de comunicação do país com os comba-



tentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Europa. Com o final da guerra, passou então a noticiar as ações e programas da LBA, bem como divulgar ditames médico-científicos sobre saúde materno-infantil, noções de puericultura e práticas de assistência social (SILVA, 2020). Como periódico oficial da instituição, sua abordagem é frequentemente enaltecedora do trabalho legionário e de seus presidentes. É oportuno destacar que raramente os textos publicados aparecem assinados.

Na presente reflexão, seguimos de perto a proposta historiográfica de pensarmos as trajetórias de vida. Os estudos biográficos foram longamente vilipendiados na historiografia, entendidos como uma exaltação de trajetórias heroicas de grandes personagens e, assim, menos problematizadoras. A partir, sobretudo, da década de 1980, a escrita e o uso de narrativas biográficas tomaram renovada força por meio da proposta da Nova História, que a resgatou a partir da perspectiva da “história-problema” (AVELAR, 2012). A grande questão teórico-metodológica que se coloca, em geral, é acerca da relação do indivíduo com o seu contexto social e o quanto há de direcionamento, imposição e negociação nessa relação. Os indivíduos são moldados pelos seus contextos ou então completamente extemporâneos? A partir das reflexões do historiador Carlo Ginzburg (2007), é importante tomarmos a ideia de contexto como um “campo de possibilidades historicamente delimitadas” e, desse modo, ressaltar que os indivíduos biografados – como qualquer indivíduo –, a cada momento de suas vidas, têm diante de si um futuro incerto e indeterminado, frente ao qual fazem escolhas, seguem alguns caminhos e não outros.

Partindo das obras de historiadores como Dosse (2009), Loriga (2011), Levi (2006), Schmidt (2017) e Avelar (2012) estamos pensando os estudos de trajetórias pessoais de forma distinta da construção de uma biografia – mesmo aquelas resultado de pesquisas históricas amplas



e críticas. Entendemos que uma biografia é uma narrativa detalhada da vida de uma pessoa, e que abrange, em geral, desde o nascimento até a morte (ou até o presente, se a pessoa ainda estiver viva), apresentando, dessa maneira, uma visão abrangente da vida do sujeito. Já os estudos de trajetórias pessoais referem-se ao estudo dos caminhos de vida de indivíduos, mas com um enfoque mais específico em determinados aspectos de sua existência, como carreira, educação ou envolvimento político, em vez de uma visão açambarcadora do todo. Diferente das biografias, as trajetórias pessoais não necessariamente cobrem toda a vida de uma pessoa. Elas podem focar em momentos específicos, mudanças cruciais, ou em como a experiência individual se conecta com processos sociais, culturais e históricos mais amplos. O foco é muitas vezes nas interações entre o indivíduo e seu contexto, explorando como ambientes, eventos e processos históricos específicos influenciaram a experiência de vida.

430

Desse modo, nos propomos aqui a pensar a trajetória do médico Mario Pinotti, especialmente, nos caminhos percorridos como médico sanitarista, entre a política e as práticas de assistência social.

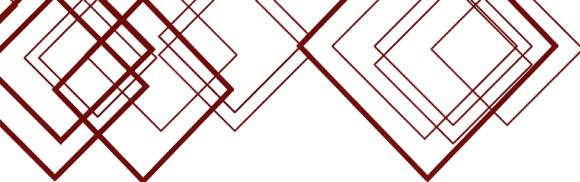
Mário Pinotti na LBA (1957-1960)

Como, brevemente, demonstrado na introdução desse texto, Mario Pinotti tendo formação médica, logo se engajou ativamente na política nacional, ocupando diversos cargos em órgãos da administração pública. De tais espaços de alto relevo, queremos destacar a Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituição de assistência social criada em 1942 e extinta em 1995. Ao longo das mais cinco de décadas de atuação, a LBA foi a maior instituição de assistência do Brasil, atuando em todas as unidades da federação e em muitos municípios brasileiros. Sua criação deu-se no contexto da participação brasileira nos combates



da Segunda Guerra Mundial, posto que com o envio da Força Expedicionário Brasileira (FEB), a LBA ficou encarregada de oferecer suporte às famílias e aos próprios combatentes, tanto ainda no Brasil quanto já no teatro de guerra europeu (Silva, 2020).

Criada e presidida pela primeira-dama do Brasil, a LBA contribuiu para a constituição de uma relação bastante próxima entre o primeiro-damismo e a assistência social no Brasil. Desse modo, seu regimento dispunha que a primeira-dama do país seria a Presidente da instituição, e assim o fizeram Darcy Vargas e Carmela Dutra. No entanto, em 1956, pela ocasião da posse presidencial de Juscelino Kubistchek, a primeira-dama Sarah Kubitschek não ocupou a presidência da LBA, preferindo dedicar-se a sua própria instituição a Fundação Pioneiras Sociais. Mario Pinotti foi então eleito Presidente da LBA em 18 de fevereiro de 1957. De acordo com o *Livro de Atas do Conselho Deliberativo da LBA*, na data citada, Pinotti foi indicado pelo conselheiro Sebastião Paes de Almeida, então presidente do Banco do Brasil – viria a ser Ministro da Fazenda de JK. Pinotti concorreu com o então Presidente da LBA, o também médico, Raymundo Martagão Gesteira, que recebera quatro votos e Pinotti doze. Nos chamou a atenção a justificativa do Conselheiro Dom José Vicente Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro, para sua abstenção no pleito: “[...] coerente com seu ponto de vista antigo, entendia que a L.B.A. deveria ser sempre presidida por elemento apoiado pelo Govêrno. Todavia, por razões de fôro íntimo, sentia-se moralmente impedido de votar contra o Dr. Martagão Gesteira, daí a razão pela qual se abstinha de votar” (LACD-LBA, 1957, p.15). O conselheiro evidencia o entendimento de que a Presidência da LBA seja sempre concatenada ao Executivo Nacional, o que Pinotti certamente o era. No entanto, ou por estima a Gesteira ou rejeição a Pinotti, abstivera-se de



votar no candidato do governo.

Gesteira e Pinotti parecem compor um período de transformações na forma da LBA atuar, visto que Darcy Vargas deixou a presidência da instituição em 1954, após o suicídio de Vargas. Assim, se encaminhava uma mudança no sentido de tornar a LBA mais educativa e sanitária e menos assistencialista, como destacou o *Boletim da LBA*:

Efetivamente, desde o primeiro momento em que assumiu a direção da LBA, receberam as atividades educativas o seu impulso e o seu apôio decidido. Achava o sr. Presidente que, apenas dando consultas e remédio, distribuindo agasalhos e auxílios esporádicos, a Legião não poderia atingir plenamente suas finalidades. Era mister construir sobre alicerces mais sólidos, e estes só poderiam ser representados pela educação – pois é ela que cria a consciência dos deveres e responsabilidades, que mostra, claramente, o papel que cada indivíduo deve desempenhar na comunidade em que vive. É através da educação do povo que criaremos uma nova mentalidade, uma consciência nova capaz de contribuir para a construção de um Brasil maior. (BOLETIM DA LBA, n.83, julho, agosto e setembro de 1956, p.1)

432

Mario Pinotti tomou posse na presidência da LBA em 19 de março de 1957, sendo recebido pelo presidente Martagão Gesteira. Na ocasião, pronunciou longo discurso, que fora integralmente publicado por *Boletim da LBA*, no qual procurou transmitir as características que desejava imprimir à instituição, fortalecendo o entendimento de se tratar de um momento de transformações na trajetória assistencial da LBA.

A ação assistencial da Legião Brasileira de Assistência, no sentido puramente caritativo, de atender males imediatos ou pequenos senões e dificuldades individuais, que diariamente ocorrem entre os componentes de qualquer sociedade, deve ser reduzida ao mínimo, sempre que não atinja as próprias causas e razões dessas dificuldades. (PINOTTI apud BOLETIM DA LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.03)



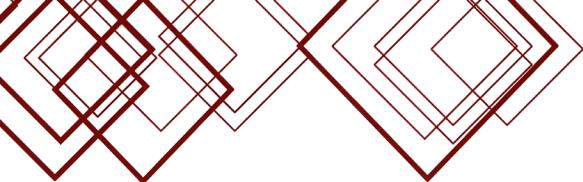
Pinotti atacou as ações puramente caritativas e, em seu discurso, apresentou seu entendimento sobre a forma de atuação e quais deveriam ser as prioridades da instituição:

Nossos esforços para conseguir mudanças de conceitos e de comportamento da sociedade no sentido de melhor aproveitamento da capacidade e do trabalho humano devem ter prioridade sobre as nossas modestas soluções urgentes, simplistas e muitas vezes demagógicas, nas quais nossas atividades de assistência apenas conseguem multiplicar nossos problemas, com a criação de outros, sem influir realmente sobre a causa dos fenômenos. (PINOTTI apud BOLETIM DA LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.03)

A principal preocupação parecia ser alcançar um melhor aproveitamento das classes trabalhadoras. Quanto mais saúde, melhor trabalho, melhor rendimento produtivo. No entanto, Pinotti percebera, e procurou evidenciar, um elemento evolutivo na trajetória da LBA, 433 ressaltando ter superado uma fase da assistência oferecida:

Ultrapassamos, felizmente, a fase do trabalho meramente assistencial e achamo-nos na fase mais fecunda do trabalho educativo, de integração e aplicação de elementos e forças sociais, que jazem, em estado potencial, nas pequenas comunidades brasileiras. Posso dizer-lhes, com o tirocínio adquirido através de algumas campanhas sanitárias por todo o país, ser o brasileiro um povo essencialmente bom, compreensivo, animado dos melhores sentimentos de solidariedade humana e social, desejoso de progredir e de aperfeiçoar-se, bastando apenas que o apoiemos e estimulemos nesses anseios tão justos. (BOLETIM DA LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.04)

O presidente da LBA destaca que a atuação meramente assistencial e caritativa daria lugar, numa percepção evolutiva dos trabalhos, à atuação mais educacional. Pinotti, portanto, reforçou a proposta de transformação na LBA, em substituição a um trabalho caritativo e assis-



tencialista, apresentando uma política pautada na educação:

Por isso, quero convidá-los para uma assistência um pouco diversa. Não basta dar o alimento – é preciso fornecer a nutrição adequada. Não basta construir a casa – é indispensável restaurá-la. Em vez da droga que cura, o remédio que evita a doença. Em lugar da cartilha de ABC, a educação para a vida e para o trabalho. (PINOTTI apud BOLETIM DA LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957, p.6)

Transcrevemos as supracitadas longas passagens do, igualmente longo, discurso de posse de Mario Pinotti na Presidência da LBA para salientarmos o destaque que é dado, tanto pela publicação *Boletim da LBA* quanto pelo próprio Pinotti, a essas transformações que se desejava engendrar no escopo de atuação da instituição. A renovação que Pinotti pretendia dar cabo – prosseguindo o trabalho iniciado por Gesteira – continuaria a ser tema de reflexões e declarações do presidente da LBA.

434 Um ano depois de sua posse, em 1958, Pinotti voltou a enfatizar tais perspectivas:

Ultrapassamos felizmente a fase primária do simples *dar* em nome de uma bondade frouxa e cega, sem discernimento, e, sobretudo, socialmente improdutiva. Essa idade da pedra dos esforços assistenciais brasileiros foi superada, porque a experiência nos ensinou que às populações desnivелadas não basta apenas *dar*, sendo preciso antes de tudo ajudá-las e educá-las. (PINOTTI apud BOLETIM DA LBA, n.91, abril-maio-junho de 1958, p.45, destaques no original)

As práticas assistencialistas são apresentadas como “fase primária” e “idade da pedra” da assistência no Brasil, enquanto as novas políticas, voltadas aos modelos educacionais, são apresentadas como mais adequadas, atualizadas e modernas. É possível asseverarmos que tais propostas de política assistencial, de fato, eram modernas e inovadoras, tendo em vista o surgimento das escolas de Serviço Social



e novos entendimentos sobre a assistência social.

Essa tônica estaria presente até a publicação do último *Boletim da LBA* sob a presidência de Pinotti, em 1960, quando, em um texto assinado pelo próprio presidente da LBA, é reforçado o caráter educacional e afastada a ideia de simplesmente “dar”:

[A LBA] é, sem figura de retórica, sobretudo uma grande casa educadora, porque destinada a promover a reintegração social, por si próprios, de tantos irmãos que os destinos vários dêste nosso mundo brasileiro colocam à margem da vida, porque em si mesma, a LBA não é a mão que dá, mas o braço amigo e compreensivo que serve de apôio. (BOLETIM DA LBA, n.105-106, maio/junho de 1960, p.15)

Entendemos que nessa construção acerca de uma transformação significativa na ação da LBA, há uma identificação do assistencialismo como um modelo atrasado de assistência, enquanto apontava-se a necessidade de um novo programa para a instituição, sobretudo algo moderno. O que Gesteira e Pinotti propunham era um modelo novo baseado em preceitos educacionais e científicos, afastando-se, portanto, da assistência calcada na benemerência e na compaixão.

435

Em 1959, *Boletim da LBA* publicou um texto em comemoração aos 17 anos da LBA e apresentou certa contradição entre as gestões e formas de atuar de Darcy Vargas e de Mario Pinotti. No texto, há o seguinte questionamento: “Que se fez nesse tempo todo (17 anos), desde que D. Darcy Vargas costurava com suas amigas para as famílias dos pracinhas, até que o Ministro Mario Pinotti rivaliza com o Presidente da República em suas andanças?” (BOLETIM DA LBA, n.98, agosto de 1959, p.25). Há duas imagens na passagem citada: a de Darcy e suas amigas costurando, exemplos de benemerência e abnegação, desempenhando uma atividade tradicionalmente feminina; e a representação de



Pinotti, enquanto grande agente empreendedor que poderia rivalizar com o Presidente da República em termos de deslocamentos e circulação pelo território nacional. O então presidente Juscelino Kubistchek ficou famoso por suas incontáveis viagens, especialmente para a construção de Brasília em meio ao planalto central do Brasil.

Em 1959, Pinotti discursou na abertura de uma mostra acerca das atividades da LBA e, reportando uma expansão das ações da entidade, destacou:

Os poderes públicos, especialmente o poder legislativo, acompanham e aplaudem essa expansão das atividades e dos esforços legionários. Não recusam compreensão e apoio. Por isso mesmo, os orçamentos do último triénio foram os seguintes, em números redondos: em 57, mais de 417 milhões; em 58, 745 milhões; em 59, mais de um bilhão. (BOLETIM DA LBA, n. 102, dezembro de 1959, p.05)

436

A questão orçamentária é relevante, uma vez que além da contribuição das Confederações do Comércio e da Indústria, o Governo Federal também repassava importante aporte de verbas por meios dos institutos de pensão. O aumento orçamentário significativo poderia denotar uma elevação de importância da entidade e da confiança do governo na LBA e em seu presidente. Pinotti apresenta os dados desde o ano em que assumira a presidência. A proximidade de Pinotti com JK ia além das questões assistenciais da LBA e dos assuntos do Ministério da Saúde.

Pinotti e JK: sanitarismo desenvolvimentista.

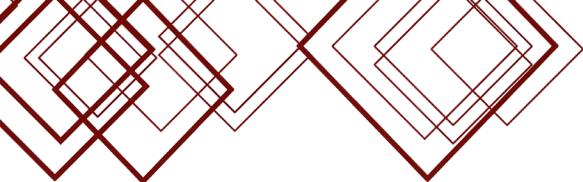
O médico mineiro Juscelino Kubistchek de Oliveira tomou posse como 21º Presidente do Brasil em 31 de janeiro de 1956. JK assumiu



o posto mais elevado da política nacional em um período de grande instabilidade política, marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas (agosto de 1954), no qual o país teve três presidentes em um ano e meio. JK levaria ao cenário nacional um modo de governo que já havia realizado em Minas Gerais, marcado por uma administração centrada na defesa do desenvolvimento nacional, por meio da modernização industrial e da integração do território. Seu plano de governo ficou conhecido como “50 anos em 5”, fazer o Brasil crescer 50 anos em apenas 5 anos de mandato, era composto por um “Programa de Metas” que estava dividido em 30 metas, arranjadas entre setores de energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação. As questões econômicas do plano de JK já foram bastante exploradas pela historiografia, cabendo ao escopo deste trabalho um olhar mais atento às questões que dizem respeito à saúde e assistência.

437

A saúde não fazia, de modo explícito, parte do Programa de Metas de JK, mas, segundo Renato da Silva (2008), ela estaria implicitamente em todo o projeto de desenvolvimento do governo. Esta posição seria assumida em alguns discursos de Juscelino, quando ele afirmava que não haveria progresso econômico enquanto as doenças de massa acometesse as classes trabalhadoras (Silva, 2008). Ficou à cargo, justamente, de Mario Pinotti, então diretor do Serviço Nacional de Malária, o desenvolvimento da proposta de governo para a saúde do então candidato à Presidência da República, Juscelino Kubitschek. Assim, a saúde no olhar de JK era um dos elementos fundamentais para o pleno desenvolvimento do povo brasileiro, impactando diretamente na economia do país. “Sanear os incapacitados pelas doenças de massa, reforçar a autoridade pública no interior e aumentar a produção da classe trabalhadora eram os eixos interpretativos que orientavam as metas estabelecidas por Juscelino no seu Programa”, destacou Silva (2008, p.82). Em obra pu-



blicada em 1959, Pinotti ressaltou as palavras de Juscelino Kubistchek:

Não menos que os problemas de educação, os de saúde se prendem, em conexão ínfima, ao processo do desenvolvimento nacional. O estado sanitário afeta notoriamente o rendimento do trabalho. E saúde não se conceitua como simples ausência de doença, mas também como fruição de bem estar físico, espiritual e social (OLIVEIRA apud PINOTTI, 1959, p.2).

438

Já em seus primeiros meses de presidência, em 1956, Juscelino criou o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), cuja direção ficou para Pinotti, seu aliado de campanha, e que ocuparia, ao longo de quase todo o governo, posições de destaque na agenda da saúde. A criação do DNERu apontava a importância que tinha a preocupação com a saúde do trabalhador, e também assinalava a prioridade que era dada a interiorização dos cuidados. A saúde precisava chegar ao interior do Brasil.

Um dos pontos do programa para saúde criado por Pinotti para JK era sobre a mortalidade materno-infantil, cujo objetivo central seria a ampliação do acesso à assistência pré-natal. Dessa maneira, conforme apontou Silva (2008), haveria a necessidade de redistribuir a rede de assistência materno-infantil a todas as localidades do território nacional, principalmente no interior. Cruzavam-se, assim, os interesses do governo de JK e da atuação da LBA.

Em 1957 foi lançado um dos programas de assistência que marcariam a passagem de Mario Pinotti pela presidência da LBA, e que objetivava inaugurar postos de puericultura por todo o país, em parceria com as prefeituras municipais. No *Boletim da LBA*, em edição seguinte àquela que noticiava a posse de Pinotti, consta um texto intitulado “Dando a um município um Posto de Puericultura”. Nesse primeiro



momento, é apresentada a assinatura de convênio entre a LBA e a Prefeitura de Miguel Pereira, no estado do Rio de Janeiro, para a construção de um Posto de Puericultura. É possível, contudo, observarmos no *Boletim da LBA*, publicação oficial da LBA, que havia um plano maior para a instituição naquele sentido:

Esse primeiro Posto de Puericultura, a ser instalado em Miguel Pereira, é o início de um plano elaborado pelo Diretor-Superintendente, sr. Eugênio Gomes de Carvalho, com o apoio irrestrito do presidente da L.B.A., sr. Mario Pinotti, e do Presidente da República, visando combater em todo o território nacional a mortalidade infantil. (BOLETIM DA LBA n.87, julho, agosto, setembro de 1957, p.3).

A mortalidade infantil, que ao longo do começo do século XX foi considerada uma mácula nos índices de desenvolvimento e progresso nacional, aparece na obra de Pinotti (1959) como um problema que vem sendo resolvido, primeiramente pelo combate sistemático a alguns agentes patológicos responsáveis, sobretudo, pelas gastroenterites, e, segundo, também em função “da melhoria dos modernos recursos gerais de tratamento” (PINOTTI, 1959, p.5). A associação entre assistência e medicina moderna encontra profunda reverberação no pensamento de Mario Pinotti.

439

A propositura de uma política assistencial mais pautada pela educação – e, por isso mesmo, considerada moderna – encontrou combinação adequada nos postos de puericultura que a LBA já tinha por tradição construir e manter. É possível encontrar em edição de 1958 do *Boletim da LBA* uma explicação de como se dava a escolha dos municípios e as condições que regiam o convênio com a LBA. O objetivo do projeto, segundo *Boletim*, era:



Trata-se de implantar em todos os rincões do país um posto destinado à assistência permanente à maternidade e à infância, de onde irradiarão com o tempo os conhecimentos práticos de Puericultura tão necessários às populações sertanejas, ao mesmo tempo que o amparo direto às gestantes e às crianças combaterá eficazmente a subnutrição, os vícios alimentares, e afastará afinal os males da credice e do charlatanismo derivados da ignorância. (BOLETIM DA LBA, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35, grifo nosso)

E explicou os procedimentos:

A campanha, iniciada em 1957, está em pleno desenvolvimento, sendo instalados cerca de 500 postos por ano. O delineamento geral da campanha, elaborado pelo dr. Eugênio Gomes de Carvalho, é o seguinte:

- 440
- 1) Serão localizados, com absoluta prioridade, nos municípios que ainda não contem com assistência à maternidade e à infância, e cujo recenseamento foi entregue ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como colaboração à LBA.
 - 2) A seleção será feita no início de cada período mediante o estudo das solicitações recebidas por intermédio das Prefeituras Municipais, às quais será exigida, preliminarmente:
 - a) Ato do Legislativo Municipal autorizando a doação à LBA de terreno para a construção de Pôsto e medindo um mínimo de 400m² (quatrocentos metros quadrados);
 - b) Ato do Legislativo Municipal assegurando recursos para a manutenção do Pôsto, aí incluídos as despesas com pessoal necessário [...] (BOLETIM DA LBA, n.92, julho, agosto, setembro de 1958, p.35)

Esse projeto de construção de um Posto de Puericultura em cada município do país, serve diretamente ao princípio de interiorização dos cuidados de saúde, bastante em evidência nos anos 1950, e coadunados aos ditames do governo de JK. Ainda em 1958, Mario Pinotti se juntaria ao presidente Juscelino Kubistchek e ao governador de São Paulo, Jânio Quadros, para a entrega de um grande número de postos de pue-



ricultura construídos pela LBA no estado de São Paulo. De acordo com o *Boletim da LBA*:

Nessa solenidade foram entregues pelo Senhor Presidente da República, na presença do Governador de São Paulo e do Presidente da L.B.A., aos cinquenta prefeitos presentes as chaves simbólicas dos Postos de Puericultura dos respectivos municípios. [...] Esta cerimônia, entretanto, tem, ainda, outra significação: assina-se, também neste momento, novo convênio pelo qual a L.B.A. e o Estado de São Paulo se propõem a construir, dentre de um ano, 99 novos Postos de Puericultura, sendo 8 na periferia da Capital paulista e 91 em diferentes municípios, cobrindo, destarte, todo o território estadual. (BOLETIM DA LBA, n.90, janeiro, fevereiro, março de 1958, p.2).

Há um grande elemento político ativo nessas inaugurações e distribuições dos postos de puericultura. Pinotti e JK eram aliados políticos há certo tempo, e Jânio Quadros, que sucederia a Juscelino na presidência, era personagem político de proeminência, apesar de não ser exatamente aliado ou desafeto de JK. De qualquer maneira, há um movimento de grande apelo popular e carismático nesse projeto da LBA, que era consonante com as metas do governo federal.

441

Cena semelhante repetiu-se em 1959, no entanto, a cerimônia ganhou ares de um grande ritual, contando com a benção religiosa das chaves de 38 postos de puericultura entregues a prefeitos do estado de Minas Gerais. A cerimônia ocorrida no Palácio do Catete contou, novamente, com a presença do Presidente da República, Juscelino Kubitschek. Na ocasião, Pinotti proferiu elogioso discurso ao presidente, acentuando a correlação dos planos do governo com os da LBA.

Há pouco mais de um ano Vossa Excelência, Senhor Presidente, tinha a oportunidade de entregar, no Palácio dos Campos Elíssios, a cinquenta Prefeitos paulistas, as chaves de cinquenta Postos de Puericultura, abrindo-lhes simbolicamente as portas ao povo. [...] Naquela ocasião, Vossa Excelência definiu, com simplicidade e eloquência, o dever do brasileiro em face da criança

do Brasil: não perder-se em lamentações inoperantes com as nossas estatísticas de mortalidade infantil, mas transformá-las em vozes imperiosas de trabalho e de realizações; insistir nos aspectos positivos e dinâmicos do problema, como o funcionamento daqueles e de novos postos de puericultura, que, favorecidos nas suas atividades pela política de desenvolvimento do governo, poderão ir reduzindo nossos tristes índices estatísticos. A lição das palavras e dos atos de Vossa Excelência, Senhor Presidente, em defesa da criança brasileira, naquela e em tantas outras afirmações, não foi nem poderia ser esquecida. Tem sido uma bandeira erguida alto. Esta cerimônia simples é uma das provas. Aqui estão reunidos trinta e oito prefeitos do interior, que vêm receber das mãos de Vossa Excelência, as chaves de outros tantos postos de puericultura construídos, instalados e doados às populações pela Legião Brasileira de Assistência, no cumprimento do programa assistencial traçado por seu governo. (BOLETIM DA LBA, n.95, abril/maio de 1959, p.07).

442

Figura 1: Padre Sinfrônio de Freitas procede a benção de chaves de Postos de Puericultura, acompanhado por Mario Pinotti (de óculos escuros) e pelo Presidente Juscelino Kubitschek. (Fonte: BOLETIM DA LBA, n.95, abril/maio de 1959, p.07).



Benção das chaves



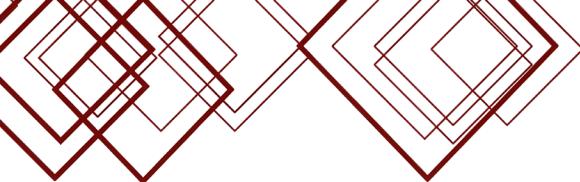
Sob a presidência de Pinotti, a LBA estava ainda mais próxima do governo federal, principalmente, em vista do fato de que as ações desenvolvidas concorriam para o plano geral do governo JK. Tanto pela análise da trajetória do candidato Juscelino quanto pela análise do *Boletim* parecia haver grande proximidade entre JK e Pinotti, uma vez que este dirigiu o, então, recém-criado DNERu, considerado um departamento vital na estrutura do governo.

Pinotti publicou em 1959 a obra “Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil”, onde ele examina diversos assuntos referentes a então conjuntura da saúde no Brasil. Por ocasião da publicação do livro, Pinotti já ocupava os postos de Ministro da Saúde e Presidente da LBA. Na “orelha” da capa da primeira edição do livro, há uma apresentação da obra pela editora Civilização Brasileira, que faz elogioso enaltecimento da obra e de seu autor. O texto destaca as doenças de massa que ainda assolavam o povo brasileiro, como doença de Chagas e malária, apresentando um cenário de contundentes dificuldades nacionais. O texto então enfatiza:

443

Mas ao lado disso, todo um grupo de médicos, técnicos de saúde, educadores e guardas sanitários, trabalha distribuído em gigantesca rede que atua e se espalha pelos municípios do interior, numa batalha incessantes contra essa doença. Um homem comanda essa luta. É um homem que sabe organizar equipes e fazê-las trabalhar, um cientista que é também professor de ação pública, um filho de imigrantes que hoje se tornou autoridade mundial no campo da saúde: o Dr. Mário Pinotti, o eminent autor dêste livro (CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1959, s/p.).

Nessa obra, Pinotti refere-se com frequência ao DNERu, descrevendo sua estrutura, sua missão e importância, promovendo contundente defesa desse departamento e do que vinha sendo realizado pelo governo federal, especialmente pelo Ministério da Saúde. Tanto o é que



a sentença final da obra é a seguinte: “Modificam-se, pois, e para melhor, os quadros da saúde no Brasil” (PINOTTI, 1959, p.159). Pinotti empenha-se em promover a ideia central da política de saúde de JK, isto é, a defesa de um sanitarismo desenvolvimentista. Esse parece ser o cerne de sua obra, uma vez que são recorrentes argumentos nesse sentido:

O incremento do poder econômico é uma condição fundamental para a consecução da saúde. Muitas doenças podem ser, de muito reduzidas, ou mesmo anuladas, como decorrência de se elevarem o nível de vida e os recursos de uma nação. Mas é necessária também a formulação e aplicação de uma nítida política de saúde, baseada na aplicação das modernas técnicas sanitárias. (PINOTTI, 1959, p.3)

444 O sanitarismo desenvolvimentista de JK e Pinotti baseava-se na concepção de que o desenvolvimento econômico do país dependia de melhores condições de saúde e de vida dos trabalhadores. Por outro lado, para essa melhora no padrão e na qualidade de vida, seria necessário um desenvolvimento econômico da região e das famílias. A pobreza está muito ligada aos processos de adoecimento e proliferação de doenças.

Apesar de ocupar-se longamente sobre os processos de adoecimento, cura, profilaxia e construção de políticas públicas, há um relativo silêncio de Pinotti sobre a LBA, entidade que, à época da publicação do livro, ele presidia. A instituição é citada uma única vez ao longo de sua obra, na página 47, quando Pinotti enfatiza a transformação ocorrida no programa da LBA, que passaria, então, a incentivar ações mais educacionais e menos assistencialistas, como já mencionamos. O autor, então, destaca:

Dentro desse programa está incluída a divulgação de conhecimentos de puericultura, em cursos simples e objetivos, de



modo a serem mobilizadas as pessoas que se disponham a integrar as realizações locais e que possam colaborar na educação e orientação de nossa gente. (PINOTTI, 1959, p.47-48)

Oportuno apontar que essa referência à LBA é, literalmente, o mesmo conteúdo que ele proferira em seu discurso de posse e que fora publicado pelo *Boletim da LBA* em 1957. Nesse mesmo sentido, podemos indicar que há semelhante silenciamento sobre a LBA na autobiografia de Juscelino Kubitscheck. A obra foi escrita em 1978, quase duas décadas após sua saída da presidência, e é composta por uma volumosa trilogia autobiográfica, sendo que cada volume se ocupa de uma fase de sua vida pessoal e política. Nas mais de 450 páginas da obra de JK, a LBA é mencionada uma única vez e de forma indireta. Em determinada passagem, o ex-presidente descreve uma reunião com diversos ministros e senadores sobre uma crise hídrica na região Nordeste, e a LBA foi citada como um dos órgãos capazes de prestar assistência às populações flageladas (OLIVEIRA, 1978, p.191). Poderíamos, primeiramente, pensar que se trata de pouco prestígio da instituição naquele período. No entanto, Pinotti, que teve grande influência na candidatura de Juscelino e, posteriormente, em seu governo, também é muito pouco mencionado. Há apenas uma menção nominal a ele, e já apontando indícios de certo desentendimento na relação entre o ministro e o Presidente. Referindo-se a um contexto de junho de 1958 e certas dificuldades em lidar com o governador de São Paulo, Jânio Quadros, Juscelino escrevera:

445

O ministro da Saúde era Mario Pinotti, pessoa muito ligada a Ademar de Barros. O que Jânio tinha em vista era solapar justamente aquela área, onde as pretensões do seu grande adversário sempre eram examinadas com prioridade, o que contrariava seus planos políticos no próprio estado de São Paulo. Valendo-se do meu espírito de solidariedade humana, obteve, pois, autorização para a assinatura de diversos contratos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o que repercutiu como



uma bomba no estado (OLIVEIRA, 1978, p.163)

Nessa única menção à Pinotti em sua biografia, JK expõe os personagens envolvidos na trama política que contribuiria para o afastamento do Ministro da Saúde.

“O caso Pinotti” – ruptura e afastamento da vida pública

446 Pinotti mantinha ligações bastante próximas com Ademar de Barros, político paulista de larga influência tendo sido duas vezes governador (1938-1941, 1947-1951) e prefeito de São Paulo (1957-1961), no entanto, havia sido derrotado por Jânio Quadros nas eleições de 1954 para o governo de São Paulo e por Juscelino Kubistchek na disputa presidencial de 1955. Em função da proximidade com Barros, Pinotti teria dificultado as solicitações de Jânio Quadros, então governador de São Paulo, feitas ao Ministério da Saúde. Tais situações causadas pelo ministro Pinotti eram contornadas pelo próprio Presidente da República, como ele mesmo narrou em sua biografia, que, por fim, se acabou por desgastar-se com Pinotti.

A crise política iria ainda agudizar, posto que Ademar de Barros seguia veemente em suas críticas ao governo. Frente à tal situação, Pinotti decide por romper com o seu partido, PSP (Partido Social Progressista) – o mesmo de Ademar –, e manter-se fiel a Juscelino. O que parece ter sido insuficiente, uma vez que Pinotti foi afastado do ministério em 1960. Na edição de 02 de agosto de 1960, o jornal Correio da Manhã transcreveu a carta de demissão de Pinotti endereçada a Juscelino:

Na data de ontem, em manifestação pública, declarei-me solidário com as diretrizes administrativas do dinâmico governo de v. exa., que tenho a honra de integrar, em um dos setores mais

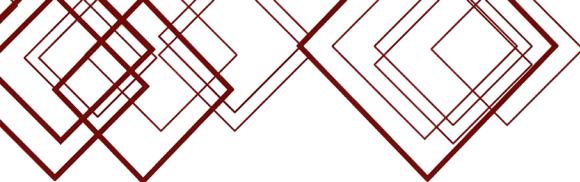


destacados na administração, o Ministério da Saúde, repudiando, como ainda repudio, qualquer ataque imerecido ao seu governo. (CORREIO DA MANHÃ, 2 de agosto de 1960, p.10)

Os persistentes ataques de Ademar de Barros e seus correligionários, despertaram a retaliação de JK, que instaurou inquérito para apurar irregularidades na gestão de Pinotti ‘no Ministério da Saúde. Os resultados desses inquéritos tornaram-se públicos apenas em 1961, já sob a presidência de Jânio Quadros, e constatou-se a prática de irregularidades. Porém, por falta de provas, o inquérito foi arquivado anos mais tarde, no entanto, Pinotti já havia se retirado da cena política (CPDOC, 2001). Naquele ano de 1960, Pinotti ainda tentara assumir o cargo de suplente de Senador pelo PSD do Pará, enfrentando a resistência pessoal do presidente do Senado, Leopoldo Cunha Melo do PTB do Amazonas, mas sem sucesso, uma vez que o Tribunal Superior Eleitoral impediu a posse, tendo em vista que Pinotti não havia se descompatibilizado do cargo público de ministro a tempo para assumir.

447

Essas informações sobre a saída conturbada de Pinotti do governo, tanto do Ministério da Saúde quanto da LBA, não são mencionadas na extensa obra biográfica de JK, já no periódico *Boletim da L.B.A.* elas são apresentadas de forma parcial e esparsa. Por exemplo, entre 1960 e 1961 há um intervalo de mais de um ano sem publicação do *Boletim*. A edição de número 105-106 fora publicada em março/abril de 1960 e a edição n.107 só fora publicada em julho/agosto/setembro de 1961, já com a primeira-dama Eloá Quadros como presidente da LBA. É importante destacar que nos períodos de crise e instabilidade política, seja em âmbito nacional ou institucional, *Boletim da LBA* deixava de ser publicado, tendo acontecido entre 1945 e 1946, quando o Presidente Eurico Dutra ameaçou extinguir a LBA por questões orçamentárias;



aconteceu também no período 1953-1954, voltando apenas em 1955, após o suicídio de Getúlio Vargas; e tornara a acontecer entre 1960 e 1961. Ao contrário das demais, a crise não era decorrente da Presidência da República e da conjuntura nacional, mas sim interna à LBA, e ficara mais evidente na cerimônia de posse de Eloá Quadros em 1961. O presidente interino Charles Edgar Moritz, afirmara:

“[...] que ela [Eloá Quadros] estava recebendo uma casa quase arrumada, em muito melhores condições do que ele havia recebido, pois o funcionalismo foi reduzido à metade, as dívidas dos institutos foram cobradas e as atividades supérfluas interrompidas” (BOLETIM DA LBA, n.107, julho/agosto/setembro de 1961, p.1).

448 Pela fala de Moritz evidencia que a saída de Pinotti teria desestabilizado a instituição. Na edição n.112 (outubro/novembro/dezembro de 1963), um jornalista, ligado à Comissão Estadual da LBA em Alagoas, fez um balanço da vida da instituição até aquele ponto, e destacou duas fases de crise, uma delas a, já mencionada, tentativa de Dutra de extinguir a LBA e:

A outra fase, difícil, é bem mais recente. A instituição ainda lhe sofre as solapadoras consequências. Entregue ao domínio de uma quadrilha de peritos desonestos, alguns com imunidades para a apropriação ilimitada e ilícita, pouco faltou no resvalamento à derrocada final (BOLETIM DA LBA, n.112, outubro/novembro/dezembro de 1963, p.27).

Entendemos, portanto, que a saída de Mario Pinotti não fora em nada tranquila e deixara marcas na própria instituição, bem um forte processo de descredibilização do ex-Ministro. Nessa mesma edição vem noticiada a chegada de Charles Edgar Moritz, vice-presidente da LBA, ao cargo de Ministro do Superior Tribunal do Trabalho, o que rendeu



uma matéria no *Boletim da LBA*, que discorrendo sobre o período em que Moritz assumira interinamente a presidência da LBA afirmara que “[...] é que a administração do sr. Mário Pinotti, como é sabido, havia abalado os alicerces da entidade” (BOLETIM DA LBA, n.112, outubro/novembro/dezembro de 1963, p.35). Ao acompanharmos as edições seguintes do periódico, notamos que não se falou mais em Mário Pinotti, e o leitor do *Boletim da LBA* não obtivera, por meio desse veículo, maiores informações sobre o seu afastamento e possível escândalo administrativo em que ele estivera envolvido.

Conseguimos entender melhor a situação através da análise das Atas das Sessões do Conselho Deliberativo da LBA, órgão máximo da instituição, responsável, inclusive, pela eleição do/da presidente. Encontramos uma primeira menção a uma situação anormal envolvendo o presidente Mario Pinotti na ata da sessão de 04 de agosto de 1960, onde consta que em face às manifestações e pedidos de explicação por parte da Comissão Central sobre o balanço contábil de 1959, o presidente apresentou pedido de licença de 30 dias para que as análises pudessem correr tranquilamente. Alguns dias depois, em sessão do dia 22 de agosto, Pinotti apresentou sua renúncia ao cargo de Presidente, para, segundo a carta transcrita na ata, “[...] permitir minucioso exame de sua administração, sem qualquer constrangimento por parte dos senhores conselheiros”. Nessa mesma sessão, foi aprovada a rejeição das contas da LBA do ano de 1959 e o encaminhamento da informação ao Tribunal de Contas. Já em sessão de 27 de agosto, é informado que Pinotti depositara 35 milhões de cruzeiros em conta bancária da LBA. Observa-se, contudo, que os primeiros movimentos, segundo as Atas, teriam começado após a demissão de Pinotti do Ministério da Saúde, em 01 de agosto de 1960.

A questão foi sendo discutida ao longo de meses entre 1960 e



1961, período no qual a LBA foi presidida pelo 1º Vice-Presidente, Charles Edgar Moritz. Em sessão de 10 de novembro de 1960 é apresentado um parecer da Comissão de Exames, Balanços e Contas que afirma: “[...] o Sr. Mário Pinotti e seus companheiros, no exercício de 1959, praticaram à testa da Legião Brasileira de Assistências, êrros, injustificadas liberalidades e incúria administrativa”. No entanto, com o depósito realizado por Pinotti a questão perdeu força nos debates do Conselho, sendo apenas enviada ao Tribunal de Contas para averiguação. No entanto, em 17 de setembro de 1960, o jornal Correio da manhã publicara artigo intitulado “Infância e maternidade prejudicadas pela orgia orçamentária da LBA”:

450

Instituições de amparo à infância e maternidade em todo o país subvencionadas pela Legião Brasileira de Assistência, sofrem as consequências do desregramento na aplicação da receita de 2 bilhões de cruzeiros prevista no orçamento dessa entidade para o corrente ano. Até a madrugada de hoje, o governo federal terá decidido sobre a concessão à LBA do numerário devido pelo governo àquela entidade, para cobrir parte do déficit de cerca de 1 bilhão de cruzeiros deixados pela administração Pinotti.” (CORREIO DA MANHÃ, 17 de setembro de 1960. p.2)

As Atas das sessões do Conselho Deliberativo também oportunizam uma reflexão sobre o uso político da LBA, sobretudo na gestão Pinotti. Na sessão do dia 14 de dezembro de 1960 foi debatido um crédito complementar para a construção de postos de puericultura. O setor jurídico emitiu parecer negativo, alegando que a administração passada – de Mario Pinotti – já havia ultrapassado em 33 milhões o teto orçamentário para esse tipo de projeto. O parecer assevera: “Gastar, todavia, 68% (sessenta e oito por cento) acima do teto previsto é realmente insustentável dentro das boas técnicas de administração, pois isso traduz absoluto alheamento [sic] à lei orçamentária, por parte de quem



administra um patrimônio.” (LACD-LBA, 1960, p.102). Em posicionamento semelhante, em sessão de 21 de março de 1961, o Conselho Deliberativo “[...] determinou o fechamento de 40 postos que apenas recebiam dinheiro, pura e simplesmente.” (LACD-LBA, 1961, p.113).

De modo geral, essa questão do “caso Pinotti” nos expõe duas questões bastante relevantes. A primeira delas é a natureza dos discursos propostos pelo *Boletim da LBA*. Como já apontamos acima, por tratar-se de uma publicação oficial, o periódico tende a escamotear as crises e tensões. Assim o foi em todos os momentos em que deixou de ser publicado por diversas razões, que não são expressas nas páginas da publicação. A crise com o “caso Pinotti” é trazida à tona pelo *Boletim*, justamente por ter sido um processo diretamente desencadeado pelo presidente da República, e, assim, difícil de ser ocultado. O segundo ponto que esse caso nos revela é a forte e intrínseca relação da LBA e sua presidência com a política nacional e suas problemáticas, inclusive partidárias².

451

À guisa de conclusão

Nossa análise, no presente texto, parte da concepção de que o médico sanitarista Mario Pinotti era um homem bastante ligado à política institucionalizada, tendo sido prefeito e duas vezes Ministro da Saúde. Durante sua passagem pela presidência da LBA, aproximara significativamente a instituição do governo federal e dos projetos de desenvolvimento nacional. O projeto “Um posto em cada município” ressoava, fortemente, a intenção de interiorizar os cuidados com a saúde e as práticas sanitárias, coadunado com o programa de governo criado

² Entre 1961 e 1963, a primeira-dama e Presidente da LBA, Maria Thereza Goulart sofreria forte pressão política na administração da entidade, e deixaria a presidência.



por Pinotti para JK na área da saúde.

Pela leitura de *Boletim da LBA* podemos compreender que o projeto de construção de postos de puericultura em diversos municípios brasileiros tratava-se de uma medida, contundentemente, política, oportunizando melhor penetração pelo território nacional da ação e da figura do presidente da República e do Ministro da Saúde. Tal concepção é reforçada e confirmada quando observamos as atas do Conselho Deliberativo da LBA e periódicos nacionais, sobretudo, após a ‘queda’ de Pinotti, que ao propor “em cada rincão do país um posto”, passou a agir – ainda mais – para assegurar certos interesses políticos.

Foi no imbricado caminho entre a política partidária e institucional, a gestão em saúde pública e os projetos e programas de assistência social que Mario Pinotti construiu sua trajetória. De médico 452 sanitarista de destaque no Brasil e no exterior, cujas pesquisas e ações ajudaram, se não a erradicar, pelo menos a reduzir significativamente doenças que afetavam massivamente a população brasileira, como a malária, ele se tornou Ministro da Saúde e Presidente da maior instituição brasileira de assistência. No entanto, ao imiscuir-se, contundentemente, na política partidária foi dragado, sucumbiu e acabou obliterado no cenário nacional. O estudo de sua trajetória nos oportuniza reflexões sobre a construção das políticas públicas, bem como acerca do cenário político e dos debates de saúde naquele período.

Referências

- AVELAR, A. S. Escrita biográfica, escrita da História: das possibilidades de sentido. In: AVELAR, A. S. SCHMIDT, B. B. *Grafia da vida: reflexões e experiências com a escrita biográfica*. São Paulo: Letra e Voz, 2012.

- 
- BOLETIM DA LBA, n.83, julho, agosto e setembro de 1956.
- BOLETIM DA LBA, n.85-86, janeiro/junho de 1957.
- BOLETIM DA LBA n.87, julho, agosto, setembro de 1957.
- BOLETIM DA LBA, n.90, janeiro, fevereiro, março de 1958.
- BOLETIM DA LBA, n.91, abril, maio, junho de 1958.
- BOLETIM DA LBA, n.92, julho, agosto, setembro de 1958.
- BOLETIM DA LBA, n.95, abril/maio de 1959.
- BOLETIM DA LBA, n.98, agosto de 1959.
- BOLETIM DA LBA, n. 102, dezembro de 1959.
- BOLETIM DA LBA, n.105-106, maio/junho de 1960.
- BOLETIM DA LBA, n.107, julho, agosto, setembro de 1961.
- BOLETIM DA LBA, n.112, outubro, novembro, dezembro de 1963.
- CPDOC. *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DOSSE, F. *O desafio biográfico*: escrever uma vida. São Paulo: EdUSP, 2009. 453
- ESCOREL, S.; TEIXEIRA, L. A. História das políticas de saúde no Brasil de 1822 a 1963: do Império ao desenvolvimento populista
IN: GIOVANELLA, L.; (et. all) (org). **Políticas e sistemas de saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, FIOCRUZ, 2008.
- GINZBURG, C. *O fio e os rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia das Letras, 2007.
- LEVI, G. Usos da Biografia. In FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (org.). *Usos e abusos da história oral*. 8^a edição. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- LIVRO DE ATAS DAS SESSÕES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA LBA, Rio de Janeiro, 1957.
- LORIGA, S. *O pequeno X*: da biografia à história. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.



MELLO, M. T. B. *Imagens da memória: uma história visual da malária (1910-1960)* Tese (História). Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2022.

OLIVEIRA, J. K. *50 anos em 5. Meu caminho para Brasília*. Volume III. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

PINOTTI, M. *Vida e morte do brasileiro: saúde e doença no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1959.

SANGLARD, G. et.all (org). *Filantrópos da Nação: sociedade, saúde e assistência no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SCHMIDT, B. Os múltiplos desafios da biografia ao/à historiador/a. *Rev. Diálogos*, Maringá, v. 21, n.02, p. 44-49, 2017.

SILVA, B. S. M. *Modernidade e assistência social no Brasil dos anos dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência*. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, R. *Malária e desenvolvimento: a saúde pública no governo JK (1956-1961)*. Tese (História das Ciências e da Saúde). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2008.

SPOSATI, A. O. FALCÃO, M. C. B. C. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 6^a edição. São Paulo: Editora Cortez, 1985.